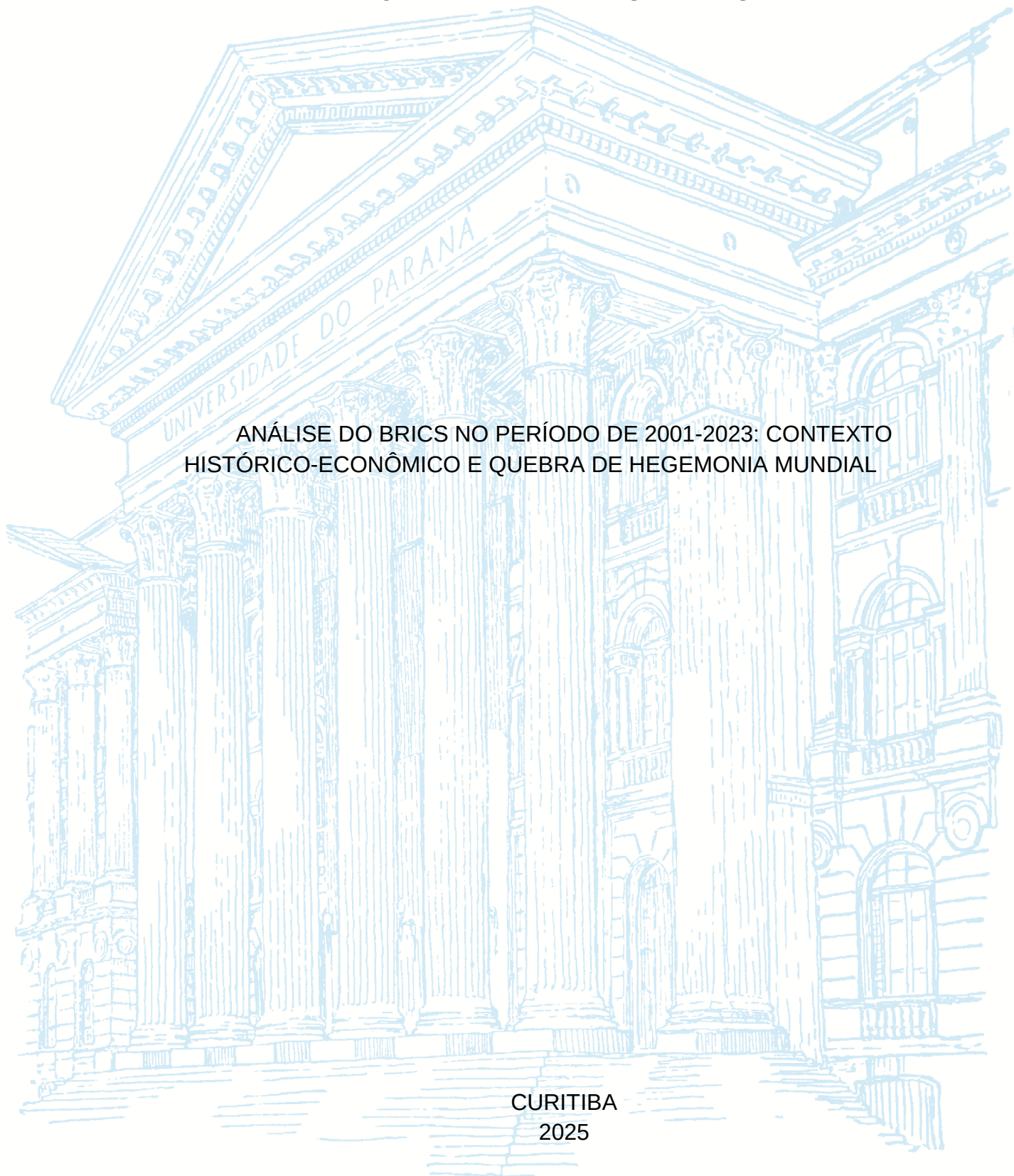


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELLI FERNANDES MARTINS

ANÁLISE DO BRICS NO PERÍODO DE 2001-2023: CONTEXTO
HISTÓRICO-ECONÔMICO E QUEBRA DE HEGEMONIA MUNDIAL

CURITIBA
2025



Gabrielli Fernandes Martins

ANÁLISE DO BRICS NO PERÍODO DE 2001-2023: CONTEXTO
HISTÓRICO-ECONÔMICO E QUEBRA DE HEGEMONIA MUNDIAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Naves de Deus Dornelas

CURITIBA

2025

AGRADECIMENTOS

Àqueles quem agradeço aqui: todos foram partes importantes para eu concluir esse estudo.

Aos meus pais por me incentivarem a estudar. Ao meu noivo por ser meu pilar de apoio. A minha professora orientadora por ser um guia nessa fase. Aos meus livros por me prepararem para essa escrita.

E aos meus amigos, por terem sofrido e se divertido comigo durante essa jornada chamada “faculdade”.

Quem não sabe suportar contrariedades nunca terá acesso às coisas
grandiosas. (Provérbio Chinês)

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória dos países do bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) entre 2001 e 2023, com foco no contexto histórico-econômico e seu papel de oposição diante da hegemonia econômica global. Esse estudo tem como objetivo principal analisar o impacto do movimento dos BRICS tanto no cenário econômico global quanto nas economias internas de seus países membros. Com objetivos específicos para compreender como a cooperação entre os BRICS tem afetado o comércio internacional, políticas econômicas e os investimentos financeiros. Para isso, apresentam-se dados macroeconômicos dos países membros, como Produto Interno Bruto (PIB), taxas de investimento, juros, inflação e transações correntes, além da análise dos fluxos de capitais e dos mecanismos criados pelo bloco, como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo de Reservas de Contingência. Este estudo conclui que o BRICS desempenha papel central na transição para uma nova ordem econômica mundial, com mudanças internacionais econômicas e financeiras, com alternativas baseadas na cooperação do Sul Global e na busca por maior autonomia e representatividade global.

Palavras-chave: BRICS; economia global; multipolaridade; fluxo de capitais.

ABSTRACT

This study examines the trajectory of the BRICS economic bloc (Brazil, Russia, India, China, and South Africa) between 2001 and 2023, emphasizing the historical-economic context and the bloc's role as a counter-hegemonic force in the global economy. The main objective is to analyze the impact of BRICS initiatives on both the international economic order and the internal economic structures of its member states. Specifically, the research investigates how cooperation among BRICS countries has influenced international trade patterns, economic policy frameworks, and financial investment flows. To this end, the study presents and analyzes key macroeconomic indicators of the member countries, such as Gross Domestic Product (GDP), investment rates, interest rates, inflation, and current account balances. It also examines capital flows and institutional mechanisms established by the bloc, including the New Development Bank (NDB) and the Contingent Reserve Arrangement (CRA). The findings indicate that the BRICS bloc plays a pivotal role in the ongoing transition towards a new global economic order, marked by structural changes in international economic and financial governance, and by the promotion of South-South cooperation aimed at strengthening autonomy and global representation.

Keywords: BRICS; global economy; multipolarity; capital flows.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxa de crescimento do PIB dos países pertencentes ao BRICS – 2001 a 2023	23
Figura 2: Taxa de investimento (%PIB) dos países pertencentes aos BRICS – 2001 a 2023	26
Figura 3: Taxa de Juros dos países pertencentes ao BRICS – 2001 a 2023	27
Figura 4: Taxa de inflação (variação percentual %) dos países pertencentes ao BRICS – 2001 a 2023	29
Figura 5: Saldo do balanço em transações correntes dos países pertencentes ao BRICS (%PIB) – 2001 a 2023	30
Figura 6: Subcontas da conta financeira do Brasil (em milhões de dólares)	33
Figura 7: Subcontas da conta financeira da Rússia (em milhões de dólares)	35
Figura 8: Subcontas da conta financeira da Índia (em milhões de dólares)	37
Figura 9: Subcontas da conta financeira da China - Hong Kong (em milhões de dólares)	38
Figura 10: Subcontas da conta financeira da África do Sul (em milhões de dólares)	40

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	CONTEXTO ECONÔMICO GLOBAL E O SURGIMENTO DO BRICS	13
3.	PANORAMA DOS DADOS MACROECONÔMICOS DOS BRICS ENTRE 2001 E 2023.....	21
4.	FLUXO DE CAPITAIS DOS PAÍSES DO BRICS E SEUS DESDOBRAMENTOS	32
5.	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A relevância dos países emergentes está sendo cada vez mais discutida e estudada. Considerando a dinâmica que os BRICS estão tendo no cenário mundial atual, e junto a demais países emergentes, as relações internacionais estão cada vez mais assimétricas, tendo diversos blocos econômicos ganhando mais espaço nas políticas globais.

O bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), representa um pouco mais de 42% do total da população mundial, seu PIB equivale a 23% do PIB mundial, e 18% do comércio internacional (BRASIL, 2023), o que para os efeitos de governança global são números relevantes. Além desses dados, em questões de índices macroeconômicos, o bloco detém a segunda maior economia do mundo, a China, e também, no último ano, o BRICS ganhou vários novos países como membros do bloco: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, mostrando sua força internacional. Este conjunto de dados torna o BRICS um importante objeto de estudo.

Para entender sobre o poder global, deve-se definir o conceito dele nas relações internacionais. Segundo Joseph Nye (FIORI, 2005), o poder global econômico refere-se à capacidade de um país influenciar as economias globais conforme seus interesses. O que considera, não apenas o PIB do país, mas também estratégias políticas. Para isso, Nye (CAPELA, 2023), escreve sobre “*soft power*”, que envolve persuadir outros países por cultura e valores, e “*hard power*”, que consiste no uso direto de recursos econômicos para alcançar objetivos. Este trabalho terá foco no conceito de “*hard power*”, mostrando dados econômicos, referentes ao comércio internacional e finanças entre os países, como elementos ilustrativos do poder econômico global. Em resumo, o poder econômico global é a combinação complexa de influência política, recursos econômicos, e habilidade de estratégias para alcançar o objetivo político.

Dessa forma, o estudo tem foco tanto na análise do comércio exterior dos países que dão nome ao bloco, sendo eles Brasil, Rússia, Índia, China e África do

Sul quanto na análise do balanço de pagamentos destes países, o perfil dos fluxos de capitais e as variáveis macroeconômicas do bloco, no período de 2001 até o ano de 2023. A partir desses dados, limita-se a pesquisa à análise econômico-financeira, podendo demonstrar o crescimento ou não, que os acrônimos do BRICS estão tendo diante das economias hegemônicas do mundo, e sua decorrente influência. O período definido considera desde o surgimento do BRIC, passando por 2011, onde o grupo se torna BRICS, até a atualidade, onde há inúmeras movimentações do bloco, tendo dados atuais e pesquisas sobre a área financeira desses países.

A escolha destes dados será considerada para o estudo do presente trabalho que tem como objetivo principal analisar o impacto do movimento dos BRICS tanto no cenário econômico global quanto nas economias internas de seus países membros. Para alcançar este propósito, serão explorados objetivos específicos que envolvem investigar como a cooperação entre os BRICS tem afetado o comércio internacional e os investimentos financeiros, avaliar as políticas econômicas adotadas pelo bloco diante das mudanças no cenário econômico global, examinar o papel desses países no fortalecimento da governança econômica global e na promoção de uma ordem multipolar, e investigar como os movimentos dos acrônimos do BRICS têm influenciado suas economias domésticas. Este estudo visa proporcionar uma compreensão mais profunda do papel dos BRICS no contexto econômico global e nas dinâmicas internas de seus respectivos países.

Com o objetivo de fazer uma análise correta dos propósitos delineados neste estudo sobre o impacto do movimento dos BRICS no cenário econômico global e suas repercussões nas economias internas dos países periféricos, serão empregados tanto o método bibliográfico quanto o método estatístico. O método bibliográfico será fundamental para realizar análise das principais teorias e estudos existentes sobre o tema, proporcionando um embasamento teórico. Por outro lado, o método estatístico será utilizado para coletar e analisar dados econômicos quantitativos pertinentes aos países envolvidos, permitindo uma avaliação empírica dos impactos econômicos do movimento dos BRICS. Este método integrado visa proporcionar uma compreensão abrangente e bem fundamentada das dinâmicas econômicas globais e regionais decorrentes do crescimento dos BRICS. A estrutura do trabalho conta, além desta introdução e das conclusões finais, com três capítulos.

No primeiro capítulo se abordará o surgimento e história do bloco econômico BRICS, o contexto histórico global da época, o surgimento do bloco em 2001, a introdução da África do Sul, assim como o interesse de demais países ingressarem recentemente no bloco. Assim, a partir de subseções para melhor organizar a linha temporal, a primeira mostra o contexto histórico do, até então, BRIC, desde sua criação e como o grupo foi visto pela economia mundial. A segunda subseção explica o contexto e a entrada da África do Sul no bloco econômico. E, a terceira subseção apresenta o interesse atual de outros países em se juntarem ao BRICS, bem como a adesão de alguns deles ao grupo econômico.

No segundo capítulo, busca-se apresentar os dados do BRICS no comércio internacional, considerando o mercado de importação e exportação desses países, , ressaltando a dinâmica das relações internacionais e os investimentos que esses países emergentes atraem para sua economia interna no período 2001 a 2023.

Para finalizar, o terceiro capítulo analisará o papel dos BRICS na governança econômica global, com a análise dos fluxos de capitais desses países e a partir disso sendo analisada a influência que o bloco tem na economia mundial ao longo dos anos. Com as análises feitas anteriormente, será abordado como o bloco econômico dinamiza a política econômica global.

2. CONTEXTO ECONÔMICO GLOBAL E O SURGIMENTO DO BRICS

O acrônimo BRIC foi criado pelo economista-chefe da Goldman Sachs, o inglês Jim O'Neill em 2001 e serviu para identificar, entre os países emergentes, aqueles que possuíam a maior capacidade de crescimento e influência no mercado internacional. Posteriormente, a África do Sul foi adicionada à sigla em abril de 2011, por ser uma potência regional, mas principalmente, pela necessidade de inclusão de um país africano no grupo de países chamados de *growth markets* (HAIBIN, 2012).

O significado do BRICS vai além de uma mera aliança econômica. Representa a ascensão de economias emergentes que desafiam a hegemonia tradicionalmente exercida pelos Estados Unidos (ANSANI, 2016).

A cooperação entre os países do BRICS tem um impacto significativo nos fluxos de comércio e capitais. O grupo representa uma fatia considerável da economia global, com um enorme potencial de crescimento e desenvolvimento, considerando o tamanho territorial e populacional desses países. O bloco representa 42% do total da população mundial, com um PIB equivalente a 23% do PIB mundial, e 18% do comércio internacional (BRASIL, 2023). Através de acordos comerciais, iniciativas de investimento conjunto e mecanismos financeiros, os países do BRICS têm buscado aumentar sua integração econômica e reduzir sua dependência de instituições financeiras ocidentais, fortalecendo assim sua posição no cenário internacional.

Esse processo de fortalecimento na economia internacional contou com várias etapas, uma destas quando ocorreu a crise mundial de 2008. A crise impactou positivamente a imagem dos, ainda, BRIC, uma vez que os países emergentes foram menos afetados pela crise. Isso pode ser observado pelos dados de taxa média de crescimento econômico entre 2008 e 2010, onde os países desenvolvidos tiveram crescimento médio de apenas 0,1% no período, os BRICS tiveram crescimento de 5,5% (RIBEIRO; MORAES, 2015).

Dessa forma, este capítulo trará subseções, onde a primeira mostrará o contexto histórico pelo qual o BRIC foi criado, e como ele foi apresentado economicamente ao mundo. A segunda subseção discorrerá sobre a entrada da África do Sul no bloco econômico BRIC, e quais foram os motivos desse ser o país

escolhido pelo grupo, para concretizar o bloco. Por fim, a terceira subseção apresenta os desdobramentos do grupo ao longo do tempo, além de abordar sobre o recente ingresso de vários outros países no bloco.

2.1 ORIGEM E CONTEXTO HISTÓRICO

O termo “BRIC” foi utilizado pela primeira vez em 2001, em um relatório do economista Jim O’Neill. Ele utilizou o termo para se referir a quatro países emergentes que, segundo O’Neill, tinham potencial de crescimento e de se tornarem importantes potências na economia global nas décadas seguintes, esses países sendo: Brasil, Rússia, Índia e China.

Nos anos 2000, esses países tinham taxas de crescimento significativas e estavam acumulando influência internacional. Apesar da crise financeira global, desencadeada pela crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos (crise do *subprime*), que teve impacto significativo no contexto econômico mundial, afetando potencialmente os Estados Unidos e os países europeus, os países do BRIC mantiveram seu crescimento (BANERJEE, 2010), enfatizando a ideia de O’Neill sobre o crescimento desses países perante as grandes potências. Com o termo “BRIC” sendo utilizado outras vezes, este se popularizou como uma maneira de contrapartida ao então domínio do bloco econômico G7, que consistia em nações ocidentais desenvolvidas, como uma maneira de destacar que os países emergentes tinham papel de destaque na economia mundial.

A primeira vez que o termo BRIC foi formalmente apresentado foi em um relatório com título “*Building Better Global Economic BRICs*”, publicado em 2003 pelo Goldman Sachs, banco que O’Neill era economista. Com diversos jornais e economistas citando o BRIC, por sua possibilidade de se tornarem potências mundiais, os países que compunham o acrônimo perceberam uma oportunidade de aliança, para que eles pudessem se desenvolver em conjunto, e potencializar o crescimento de suas economias e relações internacionais (ANSANI, 2016).

O BRIC pode ter sido o primeiro grupo “constituído a partir de uma sugestão teórica de um economista corporativo, e não por iniciativa original dos próprios Estados envolvidos” (ALMEIDA, 2010, p. 132). Almeida (2010) também nos faz refletir, que se os quatro países provavelmente não tivessem se aproximado em conjunto, como fizeram, apenas relações bi-nacionais poderiam ser extraídas entre eles, e não o fariam no momento que fizeram. E embora a aproximação não houvesse ideia definida, os países, vendo convergências de interesses, decidiram se unir.

Os países se tornaram um coletivo potencial no cenário internacional, tendo voz ao promover seus interesses comuns e mudar as instituições globais. Inicialmente, o bloco contava com 4 países emergentes, mas em 2011, oficialmente, o bloco constituiu mais um membro, a África do Sul. Apesar da parabenização, O'Neill considerou que a África do Sul não detinha as características suficientes para constar no bloco BRICS, uma vez que seu PIB e sua população não seriam semelhantes aos demais países do bloco. Porém, os países emergentes usaram dessa manobra para reforçar o *soft power* necessário para a influência global, como será analisado na próxima subseção.

2.2 ENTRADA DA ÁFRICA DO SUL NO BRIC E INGRESSOS RECENTES DE DEMAIS PAÍSES

A África do Sul comparada a outros países — Nigéria, México, Indonésia e Turquia — que tinham interesse em fazer parte dos BRIC, apresentava PIB superior apenas ao da Nigéria em meados de 2011. E seu crescimento médio anual, em 2012, só era superior ao do México, entre os países interessados. Considerando as métricas dos países que já constituíam o BRIC, a África do Sul não possuía as características similares e, portanto, necessárias ao ingresso no grupo (MORAES, 2015).

Porém, no contexto histórico de influência global, os Estados constituintes do, até então, BRIC, entendiam a necessidade de conquistar benefícios de maneira estratégica. A entrada da África do Sul não apenas ofereceria benefícios materiais em termo de comércio, investimento e

cooperação, mas também desempenharia um papel crucial em um contexto simbólico, conforme explicado por Ribeiro e Moraes (2015). Essa função simbólica atende aos interesses de cada um dos países do grupo, considerando suas reivindicações por maior poder em instituições multilaterais e a expansão da presença no continente africano.

Considerando a necessidade que os BRICS veem em contraponto a hegemonia dos países desenvolvidos, eles elegeram a África do Sul como o país representante do continente africano, podendo, dessa forma, ter representantes da América Latina, Ásia, Europa e África. Essa manobra traria vantagens para todos os países, pois com essa expansão de influência, seria mais fácil pressionar os países desenvolvidos para que os países emergentes tivessem mais voz perante políticas mundiais (MORAES, 2015).

Além da expansão de influência, a inserção da África do Sul no bloco trouxe benefícios para os países já pertencentes ao grupo. A China, embora fosse o país que menos se utilizava da imagem dos BRICS, foi a grande apoiadora da expansão do bloco para o continente africano. A China esteve em constante progresso de influência sobre a África, construindo indústrias, tecnologia e infraestrutura nos países africanos, e surgiu a preocupação de se construir uma relação que demonstrasse que não se tratava de um neo-imperialismo, e sim uma relação horizontal entre países africanos e a China (MORAES, 2015).

Dessa forma, a África do Sul ser o país escolhido para entrar nos BRICS foi além de uma estratégia econômica, também simbólica, para representar o que os BRICS queriam do mundo, que a hegemonia dos países desenvolvidos diminuísse, e que os países emergentes tivessem voz para nas decisões econômicas mundiais. Assim como, que os países emergentes pudessem ver nos BRICS um aliado, uma manobra de “*soft power*” para que a influência do grupo fosse apoiada pelos países periféricos.

Com a inclusão do país africano, o BRICS consolidou-se como uma coalizão influente no cenário internacional, capaz de desafiar as estruturas de poder estabelecidas e promover uma agenda econômica alternativa, com criações de artifícios que fortaleceria cada vez mais o grupo.

2.3 DESDOBRAMENTO DO BRICS AO LONGO DO TEMPO

Desde sua criação, o BRICS tem realizado várias iniciativas e empreendimentos em diversas áreas, refletindo seu compromisso com a cooperação econômica e política entre os países membros e países emergentes. Como demonstrado, os BRICS têm como objetivo deter mais influência global, e para isso, foram necessárias estratégias para desenvolvimento de frentes capazes de se igualarem a de países desenvolvidos.

Algumas dessas medidas estão em torno de investimentos para países periféricos, como forma de se tornarem provedores de desenvolvimento internacional, cooperarem com os demais países, para que os BRICS possam ganhar apoio diante dos países desenvolvidos.

Para o fortalecimento do bloco econômico, foram criadas, em 2009, as chamadas “Cúpulas Anuais”, onde os líderes dos países membros do BRICS se encontram regularmente em reuniões anuais para discutir questões de interesse comum, promover a cooperação e tomar decisões conjuntas sobre uma variedade de temas, incluindo economia, segurança e desenvolvimento. A primeira Cúpula Anual foi realizada na Rússia (BRASIL, 2023).

Além das Cúpulas Anuais, o grupo criou o “Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)”, em 2014, na Cúpula Anual que ocorreu em Fortaleza. Foi suposto que o NBD foi criado em contrapartida ao FMI (Fundo Monetário Internacional), uma vez que, o FMI se concentra na estabilidade financeira global e fornece assistência financeira condicionada a reformas. O NBD financia projetos de desenvolvimento sustentável e infraestrutura, com ênfase nos países membros do BRICS e outras nações emergentes (BRASIL, 2023).

[...] o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) terá um papel importante na intermediação de recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em nossos países e, posteriormente, em outros países em desenvolvimento. (GÁRCIA, 2015).

A ideia inicial do NBD é complementar as instituições financeiras já existentes, porém, com a preocupação em prover recursos aos países emergentes para crescimento e infraestrutura desses países, visando a atender as condições do próprio bloco, deixa claro que o Banco age de modo a apresentar desafio ao modelo de governança hegemônico (CONTI; DEUS; TERRA, 2019).

O Banco traz a ideia, também, de ir além das características econômicas, tentando diminuir a dependência dos países emergentes mediante os países desenvolvidos. Considerando a vulnerabilidade que eles estão sujeitos, seja pelo *soft power*, ou seja pela dominância que os países hegemônicos exercem através do poder de suas moedas — com transações financeiras em larga escala, o NBD tende a driblar essas situações, construindo um novo modelo de mercado financeiro.

Cite-se, como forte possibilidade, o aumento do poder e influência que exercem mundialmente os países do grupo e o supramencionado potencial para balancear (ou amenizar) os problemas decorrentes das assimetrias dos SMFI. Não obstante, destaque-se que o possível aumento das transações financeiras denominadas nas moedas dos países dos BRICS, por meio de seu Banco, reduz a dependência de recursos oriundos das instituições multilaterais já existentes, que são denominados em dólar. (CONTI; DEUS; TERRA, 2019, p. 29).

Em conjunto com o NBD, foi criado também o “Fundo de Reservas de Contingência do BRICS”, em que os países membros do grupo estabeleceram um Fundo de Reservas de Contingência para ajudar a fortalecer a estabilidade financeira e proteger as economias do grupo contra choques econômicos externos (BRASIL, 2023). Essa ideia, mais uma vez, fortalecendo o ideal do grupo de independência econômica e social frente aos países desenvolvidos. O Fundo de Reservas de Contingência do BRICS determina uma possibilidade a mais para qual os países podem pedir auxílio em caso de crise. Essas ideias tornam-se movimentos do **hard power**, com a criação do NBD e o Fundo de Reservas de Contingência, as sanções econômicas e a pressão diplomática surtem menos efeitos nos países do bloco, construindo um respaldo financeiro para países mais vulneráveis.

Além dessas criações, com o objetivo de se estabelecerem como países fortes na economia mundial, os BRICS anunciaram a “Cooperação Comercial e Econômica”, ideal que foi promovido desde o estabelecimento do bloco. O BRICS tem buscado promover o comércio e o investimento entre os países membros, facilitando acordos comerciais, reduzindo barreiras comerciais e promovendo a cooperação em setores-chave, como energia, agricultura, tecnologia e manufatura (BRASIL, 2023).

Também, desde sua formação, o BRICS tem os “Fóruns Temáticos e Grupos de Trabalho”, onde o grupo estabeleceu espaços para discutir questões específicas, como segurança cibernética, agricultura, ciência e tecnologia, saúde e educação, visando aprofundar a cooperação e promover o intercâmbio de conhecimento e experiências entre os países membros. Como é o caso do Fórum Civil de 2024, que busca fortalecer a participação da sociedade civil na concepção de políticas e o desenvolvimento sustentável nos países do BRICS (NEBRICS, 2024).

Além das ideias estabelecidas acima, o bloco tem como objetivo a “Diplomacia Multilateral”, que consiste nos BRICS coordenarem suas posições em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, o G20 e a Organização Mundial do Comércio, buscando promover interesses compartilhados e influenciar a governança global em questões como mudança climática, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável (BEZERRA, 2014). Esse último toma proporções maiores em sintonia com as organizações criadas pelo BRICS, que foram citadas anteriormente. Pois com elas, o BRICS alcança uma estrutura fortalecida de bloco econômico capaz de instituir uma influência na economia internacional.

Essas são apenas algumas das muitas iniciativas e atividades realizadas pelo BRICS desde sua criação, demonstrando o compromisso dos países membros com a cooperação e o desenvolvimento conjunto em um mundo em rápida transformação.

Recentemente, houve um crescente interesse de países em ingressar no BRICS, destacando-se especialmente a Turquia, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos que foram países que tiveram adesão ao

BRICS entre 2023 e 2024 (BRASIL, 2023), na cúpula que ocorreu em 2023. Esse movimento reflete uma nova configuração do grupo, ampliando seu alcance e influência global, transformando as relações econômicas. A entrada da Turquia no BRICS não apenas aumenta a diversidade geográfica e econômica do bloco, mas também sublinha sua relevância como uma coalizão que desafia as normas tradicionais do poder global. Com economias emergentes e em desenvolvimento buscando uma plataforma conjunta para promover seus interesses econômicos e estratégicos, o BRICS reforça sua posição como um ator significativo no cenário internacional, capaz de influenciar decisões globais e moldar o futuro das relações econômicas mundiais.

No próximo capítulo, serão explorados artigos e literaturas específicas que evidenciam dados macroeconômicos dos países acrônimos do BRICS, além de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) para construção de instrumento visual, para análise do progresso do bloco na dinâmica externa e seu impacto em suas economias internas. Esta análise será embasada em teorias econômicas e de relações internacionais, como as que abordam questões de poder e hegemonia e estudos sobre comércio internacional e globalização. Ao combinar essas abordagens teóricas com evidências empíricas dos artigos selecionados, o estudo visa oferecer uma compreensão aprofundada sobre o impacto do BRICS tanto no contexto global quanto nas economias nacionais dos seus membros.

3. PANORAMA DOS DADOS MACROECONÔMICOS DOS BRICS ENTRE 2001 E 2023

Nesta seção, apresenta-se uma visão geral do panorama macroeconômico dos países que compõem o BRICS¹— Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — com base em indicadores essenciais como Produto Interno Bruto (PIB), taxa de investimento, taxa de inflação, taxa de juros e saldo em transações correntes. A análise permite uma comparação entre as economias do bloco, evidenciando suas dinâmicas e particularidades ao longo do tempo.

O período de estudo abrange de 2001 a 2023, proporcionando uma visão ampla das transformações econômicas vivenciadas por esses países. Essa escolha permite acompanhar desde o crescimento expressivo das economias emergentes no início dos anos 2000 até os desafios enfrentados nos momentos de crise global, incluindo os impactos da crise financeira de 2008 e da crise provocada pela pandemia da COVID-19. Além disso, o período inclui os efeitos da recuperação econômica pós-pandemia e as mudanças recentes no cenário geopolítico e financeiro global.

A análise dos BRICS é particularmente relevante, pois esses países apresentam características peculiares no que tange à dinâmica financeira global (DEUS; MUNHOZ; PEREIRA, 2011). Suas economias emergentes possuem grande influência sobre os fluxos de capitais internacionais, as taxas de câmbio e a estabilidade dos mercados financeiros. O peso econômico do bloco, aliado às especificidades de cada país em termos de política monetária, comércio exterior e atração de investimentos, reforça a necessidade de se considerar os BRICS na formulação de estratégias para a regulação financeira

¹ A análise concentra-se nos cinco países originalmente integrantes do BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — por constituírem as principais economias emergentes com papel relevante na geopolítica e na economia mundial ao longo da década de 2010. Além disso, esses países apresentam maior disponibilidade e padronização de dados macroeconômicos nas bases estatísticas internacionais, como as do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que favorece a comparabilidade e a robustez metodológica da pesquisa (FMI, 2021).

global. Dessa forma, compreender a trajetória econômica desses países não apenas contribui para avaliar sua resiliência diante de choques externos, mas também para identificar tendências e oportunidades que podem influenciar a governança econômica internacional.

3.1 DADOS GERAIS DOS PAÍSES DOS BRICS

Esta seção tem como objetivo apresentar dados estatísticos de 2001 a 2023 dos países que compõem o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com ênfase em indicadores econômicos nacionais que possibilitem a análise do desempenho interno de cada economia. As informações, obtidas a partir de bases oficiais do Fundo Monetário Internacional (FMI), as variáveis analisadas serão Produto Interno Bruto (PIB), taxas de juros, transações correntes e inflação. Esses dados serão organizados por meio de gráficos e instrumentos visuais, a fim de facilitar a interpretação comparativa entre os países ao longo do tempo. Com isso, busca-se observar o progresso do BRICS na dinâmica econômica externa e os impactos resultantes em suas economias internas, permitindo uma leitura mais clara do papel do grupo na economia global e das transformações estruturais ocorridas nas últimas duas décadas.

Taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) dos BRICS

A análise do PIB é fundamental para compreender a dinâmica econômica de um país, pois esse indicador reflete a produção total de bens e serviços em um determinado período. Através da taxa de crescimento do PIB, é possível avaliar a expansão ou contração da economia, identificar tendências de desenvolvimento e medir o impacto de políticas econômicas. Ele torna-se essencial para compreender a estrutura e funcionamento do sistema econômico como um todo (FEIJÓ, 2004).

Além disso, o PIB é amplamente utilizado para comparações entre países, permitindo analisar o desempenho econômico de diferentes nações e sua posição no cenário global. Seu comportamento também influencia decisões

governamentais, investimentos privados e estratégias de mercado, tornando-se uma ferramenta essencial para a formulação de políticas públicas e para a compreensão da saúde econômica de uma região ao longo do tempo.

A taxa de crescimento do PIB expressa o percentil de variação do produto total de uma região em relação ao ano anterior, assim determinando seu crescimento ou diminuição. O PIB é um dos indicadores mais relevantes utilizados na macroeconomia tendo como principal objetivo mensurar a atividade econômica. (DEUS. MUNHOZ; PEREIRA, 2011, p. 9-10).

A **Figura 1** apresenta as variações na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o BRICS, no período de 2001 a 2023. De modo geral, esse intervalo tem início logo após a formulação do conceito de BRIC e abrange, a partir de 2011, a incorporação oficial da África do Sul ao grupo, consolidando a sigla BRICS como referência às cinco principais economias emergentes.

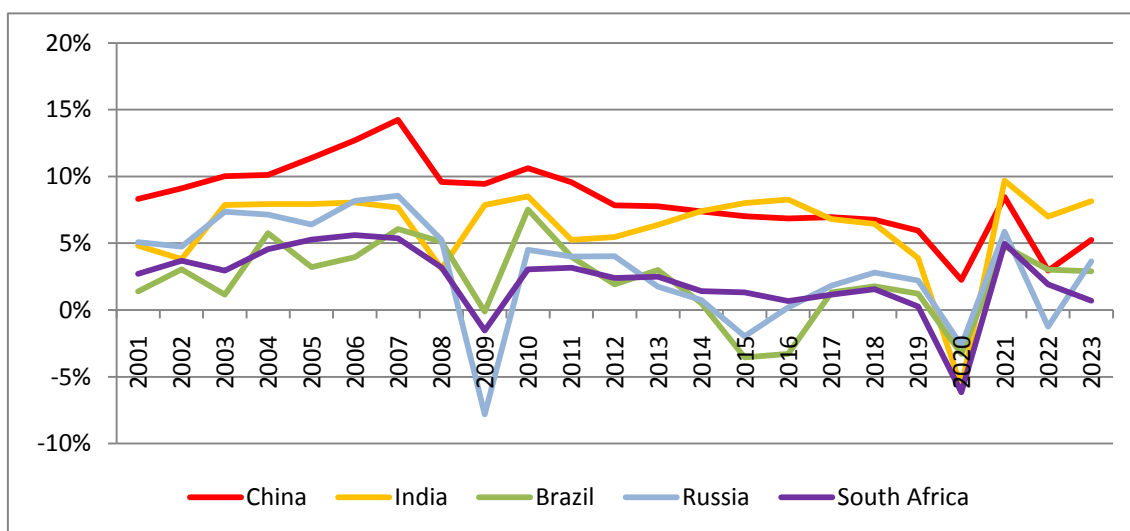


Figura 1: Taxa de crescimento do PIB dos países pertencentes ao BRICS – 2001 a 2023

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Economic Outlook Database (2024)

Ao analisar o desempenho econômico dos países que compõem o BRICS no período de 2001 a 2023, observa-se uma trajetória marcada por diversidade nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Nos primeiros anos da série histórica, todos os países apresentaram crescimento econômico positivo, com destaque para China e Índia, cujas taxas foram elevadas e relativamente estáveis até o início de 2010.

A partir de 2014, evidencia-se diferença entre os desempenhos dos países, onde China e Índia se distanciam do Brasil, Rússia e África do Sul. Esse movimento coincide com a expressiva queda nos preços internacionais do petróleo, que, conforme apontado por Pedrosa e Corrêa (2016), passou de U\$144 por barril em julho de 2014 para apenas U\$27 no início de 2016. Considerando que Brasil e Rússia são grandes produtores dessa *commodity*, suas economias foram diretamente impactadas, resultando em desaceleração significativa do crescimento econômico. No caso do Brasil, além do choque externo relacionado ao petróleo, o país enfrentou simultaneamente uma grave crise política e econômica, marcada por instabilidade institucional, queda nos investimentos e aumento da desconfiança do mercado, o que intensificou ainda mais a retração da atividade econômica durante esse período. E no caso russo, a piora se elevou para além, pelo escalonamento do conflito Ucrânia x Rússia.

Por outro lado, China e Índia, enquanto países majoritariamente importadores de petróleo mostraram-se mais resilientes a essa oscilação, mantendo taxas de crescimento positivas, ainda que com certa desaceleração. A recuperação mais notável desses países se deu após 2016, refletindo, inclusive, em maior capacidade de adaptação frente às adversidades do mercado internacional.

A partir de 2019, verifica-se uma queda generalizada nas taxas de crescimento dos países do bloco, que se acentuou em 2020 em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2). O cenário pandêmico impôs severas restrições sanitárias e de mobilidade, interrompendo cadeias produtivas e reduzindo drasticamente o consumo global, que afetou diversos países além do BRICS, o que se traduziu na retração econômica mais intensa do período. Considera-se também, que a retração econômica ocorreu de modo geral no globo.

O ano de 2021 marcou uma retomada expressiva, especialmente na China e na Índia, cujas economias demonstraram notável capacidade de reação, reafirmando sua resiliência, observada em 2016. Porém, ainda em 2022 a retração causada pela pandemia mundial afeta os países do bloco, que enfrentam dificuldade em fazer uma recuperação econômica rápida.

Conforme destaca Coelho e Dornelas (2022), os países do BRICS, caracterizados como economias periféricas, apresentam maior vulnerabilidade frente a choques externos. Esse cenário revela a fragilidade de suas estruturas econômicas diante da volatilidade dos fluxos financeiros internacionais e da instabilidade dos mercados globais. Nesse contexto, a força econômica demonstrada por China e Índia reforça seu distanciamento relativo frente às demais economias do bloco, especialmente quando analisadas sob a ótica da relação centro-periferia.

Taxa de Investimento dos BRICS

A taxa de investimento representa a parcela dos recursos destinados à formação de capital fixo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), sendo um indicador importante para medir a capacidade de expansão produtiva de uma economia. Para Mankiw, a taxa de investimento é determinante para o crescimento de longo prazo de uma economia (MANKIW, 2014).

Entre os países do BRICS, essa taxa permite observar diferenças significativas no ritmo de crescimento. China e Índia, por exemplo, mantiveram elevados níveis de investimento ao longo dos anos, o que se refletiu em um desempenho econômico mais consistente em comparação aos demais membros do bloco. Assim, a análise da taxa de investimento contribui para entender a relação entre o volume de investimentos e o crescimento econômico dos países do grupo.

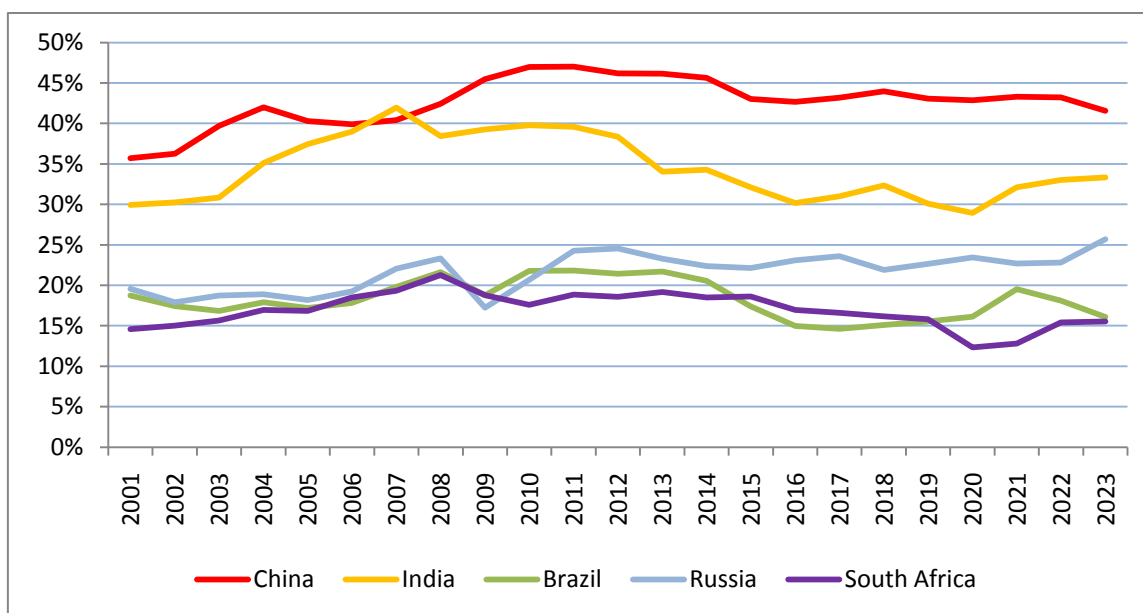


Figura 2: Taxa de investimento (%PIB) dos países pertencentes aos BRICS – 2001 a 2023

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Economic Outlook Database (2024)

A análise da taxa de investimento como proporção do PIB (**Figura 2**) revela importantes diferenças entre os países do BRICS ao longo do período de 2001 a 2023. Observa-se que China e Índia consistentemente apresentaram os maiores níveis de investimento do grupo. A China manteve uma taxa de investimento superior a 40% do PIB durante boa parte da série histórica, refletindo um esforço contínuo de ampliação da capacidade produtiva. A Índia, embora com alguma volatilidade, também registrou percentuais elevados, especialmente entre os anos de 2005 e 2011.

Por outro lado, Brasil, Rússia e África do Sul apresentaram taxas de investimento mais modestas. O Brasil, em particular, exibiu uma tendência de queda a partir de 2010, mantendo, entre 2011 e 2020, uma média inferior a 20% do PIB. A África do Sul, por sua vez, foi o país com o menor nível de investimento proporcional ao PIB, sobretudo a partir de 2015.

Essa disparidade reforça a relação entre o volume de investimento e o desempenho econômico: países com maior taxa de investimento tendem a apresentar crescimento mais robusto, como é o caso de China e Índia. Além disso, conforme apontado por Vieira e Veríssimo (2009), existe uma relação inversa entre a taxa de investimento e a taxa de juros real. Economias com

juros mais elevados, como o Brasil em diversos períodos, acabam enfrentando maiores restrições à expansão do investimento produtivo.

Portanto, a taxa de investimento (% do PIB) é um indicador fundamental para compreender o ritmo de crescimento e a capacidade de transformação estrutural das economias do BRICS.

Taxa de Juros dos BRICS

A taxa de juros pode ser definida como a compensação oferecida aos agentes que abrem mão da liquidez imediata proporcionada pela moeda para investir em ativos de menor liquidez, como títulos públicos e instrumentos financeiros (KEYNES, 1936). Mais do que um simples mecanismo de remuneração, a taxa de juros exerce influência significativa na formação das expectativas de retorno, servindo como parâmetro para a avaliação de investimentos de médio e longo prazos e impactando, assim, o grau de incerteza presente nas decisões econômicas. Conforme citado anteriormente por Vieira e Veríssimo (2009), existe uma relação inversa entre a taxa de investimento e a taxa de juros real.

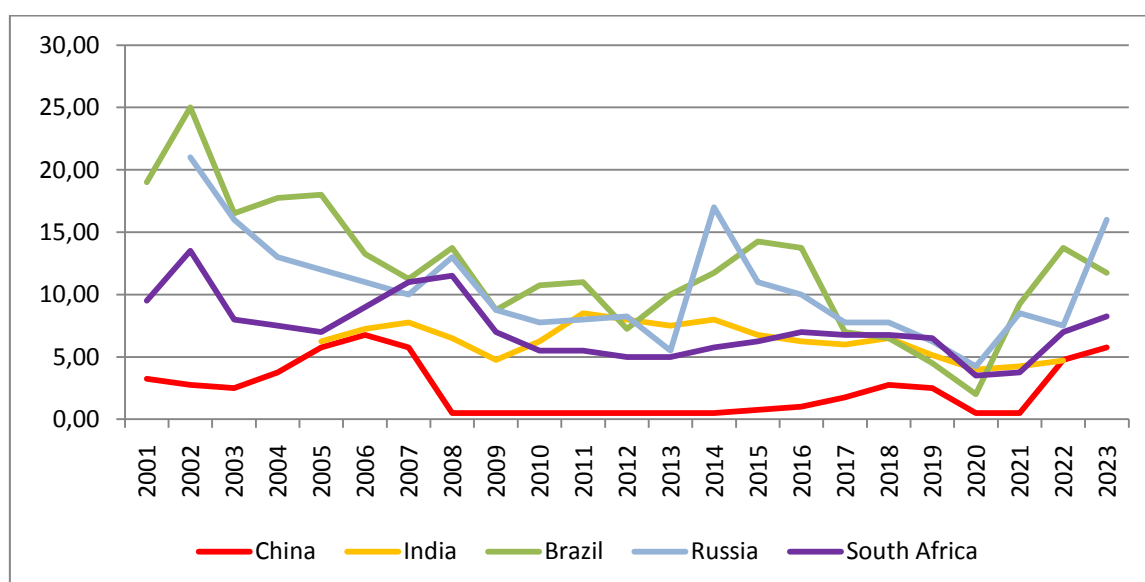


Figura 3: Taxa de Juros dos países pertencentes ao BRICS – 2001 a 2023

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do International Financial Statistics (IFS, 2024)

A partir da análise da Figura 3, observa-se que Brasil e Rússia se destacam por apresentarem as maiores taxas de juros ao longo do período analisado. A Rússia, em especial, registrou picos superiores a 20% no início

dos anos 2000 e voltou a apresentar elevação acentuada a partir de 2022. O Brasil, por sua vez, manteve taxas elevadas durante boa parte do período, superando os 25% no início da década de 2000 e voltando a registrar alta significativa a partir de 2021.

A Índia e a África do Sul mantiveram taxas de juros relativamente estáveis ao longo dos anos, com variações moderadas e dentro de uma faixa mais controlada, embora também tenham apresentado aumentos recentes em decorrência de choques globais pós-2020. A África do Sul, apesar de algumas oscilações, manteve suas taxas entre 5% e 10% na maior parte do tempo.

A China, por outro lado, apresenta consistentemente as menores taxas de juros entre os países analisados. Durante quase todo o período, as taxas chinesas permaneceram abaixo de 5%, com especial destaque para o intervalo de 2016 a 2021, em que as taxas se mantiveram próximas de 2%. Este comportamento reforça a estratégia chinesa de estímulo ao crescimento econômico por meio de crédito mais acessível.

De maneira geral, é possível perceber uma tendência de queda das taxas de juros entre 2001 e 2020, seguida de uma elevação a partir de 2021, possivelmente em resposta ao aumento da inflação global e à instabilidade econômica mundial resultante da pandemia de COVID-19, que resultou num aumento generalizado das taxas de juros.

Taxa de Inflação dos BRICS

A inflação representa o aumento generalizado dos preços de bens e serviços ao longo do tempo, afetando o poder de compra da população e gerando incertezas na economia. Para Keynes (1936) a instabilidade nos níveis de preços que pode desorganizar os incentivos ao investimento e à poupança, comprometendo o crescimento e o emprego. Quando elevada, a taxa de inflação desestimula investimentos e compromete o consumo. Por outro lado, a deflação também é indesejável, pois desmotiva o consumo e reduz a receita de empresas, impactando negativamente a atividade econômica.

A estabilidade dessa taxa é essencial para promover um ambiente econômico previsível, favorecendo o consumo, o investimento e o crescimento sustentável.

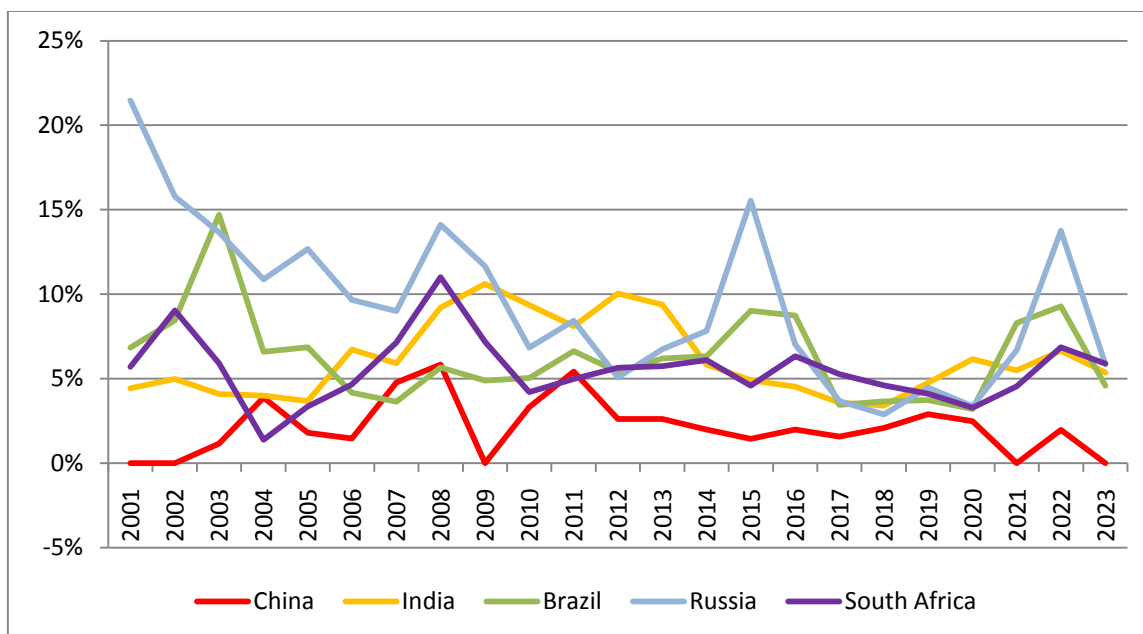


Figura 4: Taxa de inflação (variação percentual %) dos países pertencentes ao BRICS – 2001 a 2023

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Economic Outlook Database (2024)

A **Figura 4** revela diferenças significativas no controle da inflação entre os países do BRICS entre 2001 e 2023. Rússia e Brasil enfrentaram os maiores desafios, com picos inflacionários acentuados, especialmente em 2014 e 2015, período marcado pela crise do petróleo e instabilidade econômica, além de nesse período a Rússia estar envolvida em um confronto conhecido como Crise da Crimeia, que resultou em instabilidade política interna. O Brasil voltou a registrar alta em 2021 e 2022, reflexo dos efeitos da pandemia.

Índia e África do Sul mostraram oscilações moderadas, com variações pontuais ao longo do período. Já a China se destaca pela inflação controlada, sempre abaixo de 5%, o que contribuiu para um ambiente econômico estável e favorável ao crescimento.

Balanco em Transações Correntes

A balança de transações correntes reflete o saldo entre exportações e importações de bens, serviços, rendas e transferências correntes. Quando

negativa, indica que o país está gastando mais do que arrecada com o resto do mundo, o que pode gerar desequilíbrios e necessidade de financiamento externo. Já um saldo positivo fortalece a posição externa do país, sinalizando maior solidez econômica. No contexto dos BRICS, a análise dessa variável permite avaliar o grau de dependência externa e a capacidade de financiamento autônomo de cada economia. “A balança de transações correntes não é apenas uma medida do comércio exterior, mas também um indicador das poupanças e investimentos de uma economia.” (BLANCHARD, 2017).

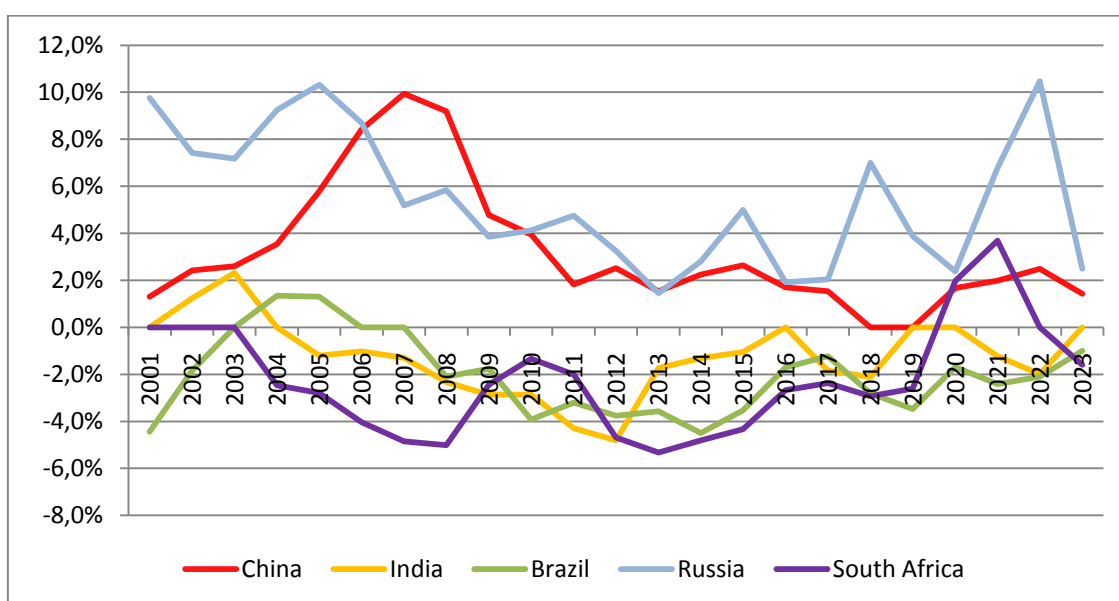


Figura 5: Saldo do balanço em transações correntes dos países pertencentes ao BRICS (% PIB) – 2001 a 2023

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Economic Outlook Database (2024)

Entre 2001 e 2023, a balança de transações correntes dos países do BRICS revela diferenças marcantes. China e Rússia mantiveram superávits ao longo do período, indicando maior autonomia financeira, enquanto Brasil, Índia e África do Sul apresentaram déficits mais recorrentes, sinalizando maior dependência de financiamento externo.

A China se destaca pela estabilidade e resultados positivos, reflexo de seu perfil exportador e ambiente macroeconômico mais equilibrado. A Rússia também obteve superávits, embora com forte volatilidade. Por outro lado, os déficits dos demais membros os tornam mais vulneráveis a choques externos.

Como destacam Feijó et al. (2004), déficits correntes fragilizam o balanço de pagamentos, ao passo que superávits fortalecem a posição internacional dos países. Nesse cenário, a China se consolida como a economia mais robusta do bloco.

A análise dos indicadores macroeconômicos dos países que compõem o BRICS entre 2001 e 2023 evidencia um panorama heterogêneo e dinâmico. Enquanto China e Índia mantiveram um crescimento econômico mais consistente, alicerçado por elevados níveis de investimento e estabilidade inflacionária, Brasil, Rússia e África do Sul enfrentaram oscilações mais acentuadas, influenciadas por crises políticas, choques externos — como a queda nos preços do petróleo — e desequilíbrios nas contas externas. Essa diversidade reflete as especificidades estruturais e conjunturais de cada país, e reforça a importância de uma análise segmentada para compreender as distintas trajetórias econômicas dentro do bloco. Neste contexto, o próximo capítulo aprofundará a investigação sobre o fluxo de capitais nos países do BRICS, examinando como os movimentos financeiros internacionais se relacionam com essas dinâmicas internas, e de que forma contribuem para a consolidação ou fragilização das economias emergentes no cenário global. Além da análise da influência desses fluxos nos países, e os desdobramentos envolvendo os países do bloco frente à hegemonia econômica mundial.

4. FLUXO DE CAPITALS DOS PAÍSES DO BRICS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Os fluxos de capitais exercem impactos significativos sobre as economias dos países, trazendo uma série de desdobramentos tanto positivos quanto negativos. De um lado, a entrada de capitais estrangeiros pode estimular o crescimento econômico, aumentar a oferta de crédito, fomentar investimentos produtivos e gerar empregos. Porém, os fluxos de capitais também podem gerar vulnerabilidades, especialmente em economias com estruturas financeiras mais frágeis. Assim, o gerenciamento adequado desses fluxos torna-se essencial para maximizar seus benefícios e mitigar seus riscos.

Com essa motivação, as próximas seções irão mostrar os fluxos de capitais dos países do BRICS e os desdobramentos que esses fluxos geram para a influência desses países no mundo.

4.1 DADOS ANÁLISE DO FLUXO DE CAPITALS DOS PAÍSES DO BRICS DE 2001 A 2023

A análise dos fluxos de capitais permite compreender como os países do BRICS se financiam externamente e qual o perfil dos recursos que circulam em suas economias. A conta financeira do balanço de pagamentos, segundo o BPM6², é organizada entre ativos e passivos, distinguindo os investimentos realizados no exterior por residentes nacionais daqueles recebidos de investidores estrangeiros (BACEN, 2015).

As principais categorias dessa conta são: **investimento direto**, geralmente associado a aportes de longo prazo; **investimento em portfólio**, voltado a títulos e ações; **derivativos financeiros**, que envolvem instrumentos mais complexos; e **outros investimentos**, que incluem empréstimos, depósitos e outras transações financeiras. A composição desses fluxos indica o grau de estabilidade e a sensibilidade das economias aos movimentos do mercado internacional.

² 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos, publicada em 2009 pelo Banco Central do Brasil

A seguir, são apresentados os dados dos países do BRICS com base no detalhamento dessas rubricas, permitindo observar as particularidades de cada economia no período analisado.

Brasil

A Figura 6 apresenta a evolução das subcontas da conta financeira do Brasil, desagregadas entre ativos e passivos. Essa distinção permite identificar o direcionamento dos fluxos de capitais, tanto os recursos enviados por residentes brasileiros ao exterior quanto aqueles recebidos de não residentes.

Observa-se, em especial, o comportamento dos investimentos diretos, que historicamente desempenham papel relevante no financiamento da economia brasileira. Esse tipo de aporte está frequentemente associado à instalação de subsidiárias de multinacionais em países emergentes, como parte de estratégias corporativas globais voltadas à inserção em mercados periféricos.

A análise gráfica possibilita visualizar com maior clareza a composição e o movimento dos fluxos financeiros, contribuindo para a compreensão do perfil de inserção internacional do Brasil no período analisado.

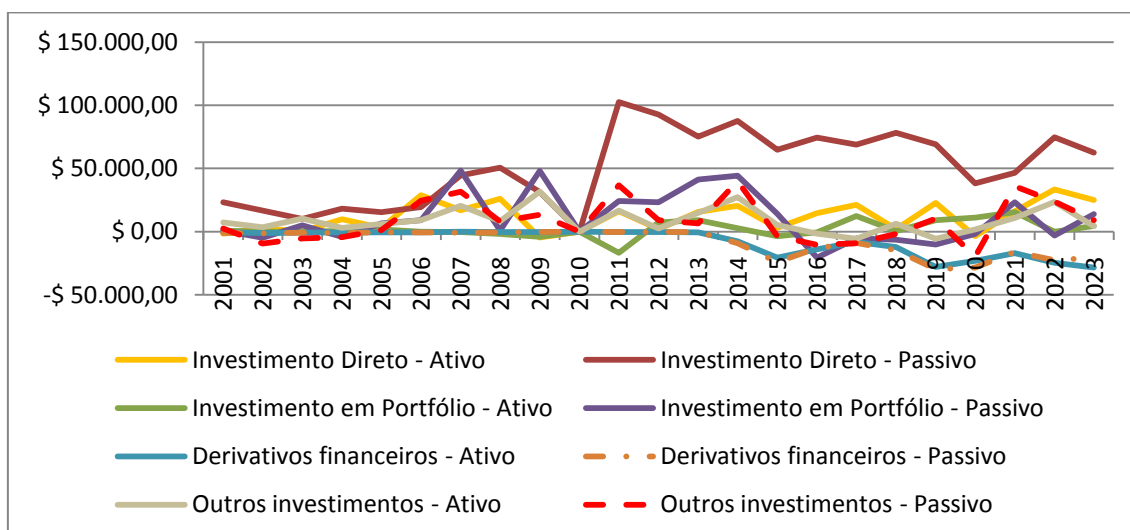


Figura 6: Subcontas da conta financeira do Brasil (em milhões de dólares)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do International Financial Statistics (IFS, 2024)

A análise da conta financeira brasileira entre 2001 e 2023 revela uma predominância marcante dos investimentos diretos passivos — ou seja, capitais estrangeiros destinados ao Brasil — em relação aos ativos, refletindo a posição tradicional do país como receptor de investimentos produtivos de longo prazo. Essa disparidade remete à lógica histórica da industrialização nacional pautada na atuação de multinacionais, como destacado por Viceconti (1977).

Os investimentos de portfólio passivos também se destacam ao longo do período, evidenciando sua sensibilidade à conjuntura econômica e às políticas monetárias. Entre 2011 e 2014, nota-se um pico relevante nesses fluxos, associado a um cenário de juros elevados que tornava o Brasil atrativo ao capital especulativo. No entanto, a partir de 2015, observa-se uma retração acentuada, refletindo a instabilidade econômica e política, bem como a volatilidade inerente a esse tipo de investimento, que responde rapidamente às mudanças de expectativas.

As rubricas de derivativos financeiros, tanto no ativo quanto no passivo, apresentaram baixo volume e comportamento simétrico, sugerindo operações compensatórias ao longo do período. Já a conta de “outros investimentos” — residual — teve desempenho mais errático, com forte volatilidade até meados de 2014 e perda de relevância após 2017. Essa tendência coincide com a trajetória decrescente da taxa básica de juros no país, que caiu de 7% a.a. em 2017 para a mínima histórica de 2% a.a. em 2020, reduzindo o apelo ao capital de curto prazo.

De forma agregada, o gráfico confirma o protagonismo do capital externo de longo prazo no financiamento da economia brasileira, embora evidencie também o peso significativo dos fluxos voláteis, que aumentam a vulnerabilidade da conta financeira em momentos de instabilidade.

Em síntese, a estrutura da conta financeira brasileira no período analisado revela uma dependência significativa de capitais estrangeiros, sobretudo por meio dos investimentos diretos, que representam uma fonte mais estável e produtiva de financiamento. No entanto, a presença expressiva de fluxos de curto prazo, como os investimentos em portfólio e outros

investimentos, evidencia uma vulnerabilidade recorrente da economia nacional frente à volatilidade do cenário internacional. Essa dualidade — entre a estabilidade buscada pelos investimentos de longo prazo e a instabilidade trazida pelos fluxos especulativos — destaca a importância de políticas macroeconômicas sólidas e de um ambiente institucional estável para fortalecer a resistência da balança de pagamentos brasileira.

Rússia

A Rússia desponta como um ator relevante no cenário econômico global, especialmente pelos seus setores estratégicos como óleo, gás, siderurgia e metalurgia. De acordo com Albuja et al. (2011), o país oferece um ambiente industrial atrativo do ponto de vista da relação risco-retorno, o que o torna receptivo a fluxos de investimento direto de longo prazo. Essa atratividade se baseia na percepção de menor incerteza por parte dos investidores, favorecendo a entrada de capital mesmo em um contexto global volátil. A seguir, o gráfico ilustra como esses fluxos de capitais — tanto ativos quanto passivos — se comportaram ao longo dos últimos anos, refletindo a dinâmica das transações financeiras internacionais da Rússia e os efeitos de eventos econômicos relevantes sobre esses movimentos.

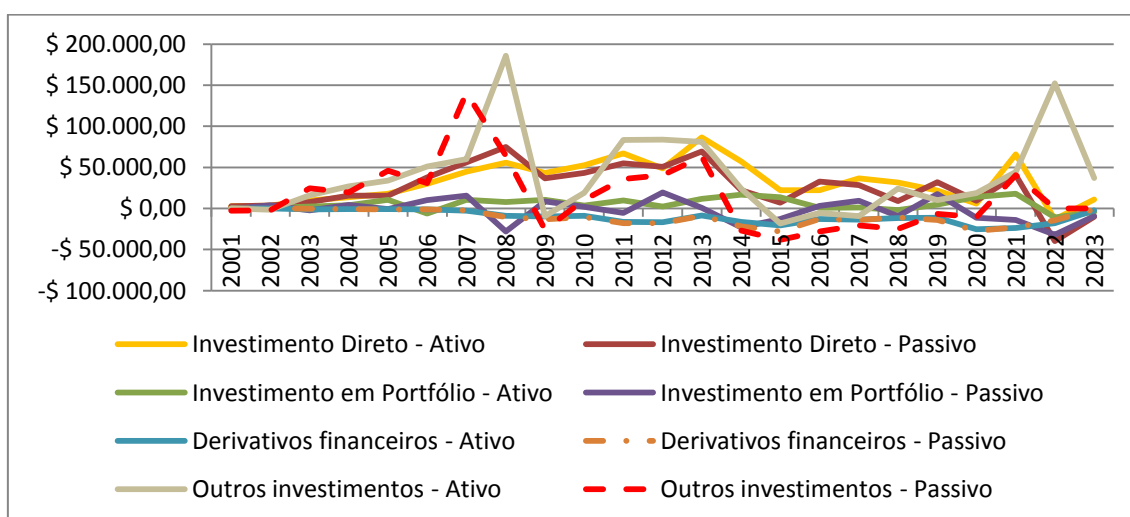


Figura 7: Subcontas da conta financeira da Rússia (em milhões de dólares)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do International Financial Statistics (IFS, 2024)

A análise dos fluxos de capitais evidencia que os investimentos com perfil de curto prazo, especialmente "Outros Investimentos" e "Derivativos

Financeiros", possuem participação expressiva no volume financeiro da Rússia, diferentemente do que se observa em países como o Brasil, onde predominam os investimentos em portfólio. O destaque dos derivativos e de outras aplicações de curto prazo revela uma estrutura financeira orientada à liquidez e à flexibilidade, aspectos que podem ser estratégicos em um ambiente global volátil.

Segundo Ivlev (2021), investidores estrangeiros — notadamente os norte-americanos — consideram o mercado russo estratégico, dada sua relevância na dinâmica econômica global. A segurança conferida pelas reservas internacionais russas, expressas em Direitos Especiais de Saque (SDRs), tem sido um fator estabilizador em momentos críticos, como a crise de 2008, a crise do petróleo em 2014 e o impacto das sanções internacionais após a anexação da Crimeia em 2015. Contudo, no conflito Rússia-Ucrânia, em 2022, a instabilidade acentuou-se nos fluxos financeiros, onde “Outros Investimentos” foi mais afetado, pois se trata de ativos mais sensíveis a crises. Apesar dessa instabilidade, considera-se que, uma vez que investimentos externos saem do país outros investimentos são realocados internamente no país, o que indica uma liquidez e flexibilidade na estrutura financeira russa.

Os dados indicam que aproximadamente 64,86% dos passivos da conta financeira russa estão concentrados em investimentos de curto prazo, totalizando cerca de 581,5 bilhões de dólares, enquanto os investimentos de longo prazo representam 35,15%, ou cerca de 315 bilhões de dólares — uma estrutura que reforça a importância das reservas como mecanismo de confiança e firmeza financeira.

Índia

A Índia emergiu como uma das economias de crescimento mais acelerado nas últimas décadas, combinando um modelo de abertura comercial gradual, iniciado em 1991, com forte presença estatal em setores estratégicos. Segmentos como petróleo e gás, mineração, energia elétrica e o sistema bancário ainda possuem grande participação governamental, chegando a representar cerca de 70% do mercado (BANIK; PADOVANI, 2014). Além disso, empresas públicas desempenham um papel significativo na economia, sendo

responsáveis por grande parte do capital fixo e da produção industrial. Esse cenário confere maior estabilidade aos investimentos diretos no país, reduzindo sua volatilidade ao longo do tempo. No entanto, enquanto os investimentos de longo prazo apresentam tendência de crescimento, os influxos de capitais de curto prazo mostram maior oscilação, refletindo a facilidade de entrada de investidores estrangeiros, mas também a vulnerabilidade do país a choques externos. A seguir, o gráfico ilustra a evolução dessas transações de capital na economia indiana, destacando as principais tendências e variações ao longo dos anos.

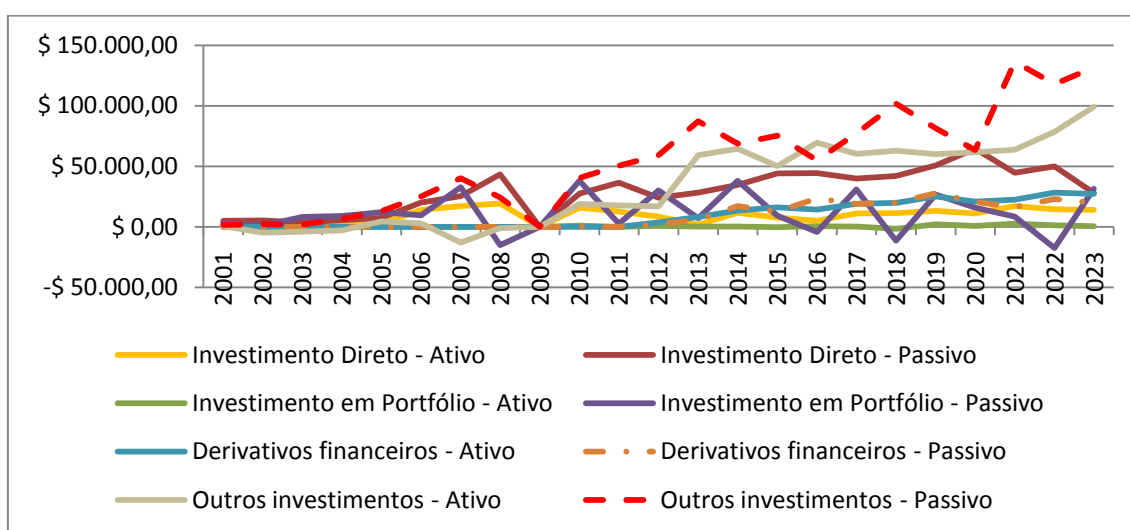


Figura 8: Subcontas da conta financeira da Índia (em milhões de dólares)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do International Financial Statistics (IFS, 2024)

A Figura 8 revela uma trajetória estável e crescente dos investimentos diretos na Índia, especialmente a partir de 2012, refletindo o papel estabilizador da forte presença estatal em setores estratégicos. Em contraste, os investimentos em portfólio mostram alta volatilidade ao longo do período, evidenciando a sensibilidade do mercado indiano a choques externos. Os "Outros Investimentos – Passivo" se destacam pelo volume expressivo nos últimos anos, indicando maior participação de fluxos de curto prazo. Já os derivativos financeiros, apesar de movimentarem valores relevantes, apresentam saldo líquido pouco significativo, com diferença de cerca de 9 bilhões de dólares a mais no passivo – sinal de uma relação equilibrada entre entradas e saídas nessa categoria.

China – Hong Kong

O caso chinês é singular no cenário internacional, especialmente pela presença de Hong Kong como um centro financeiro global com política monetária autônoma, administrada pelo *Hong Kong Monetary Authority* (HKMA). A região, que integrou o grupo dos Tigres Asiáticos a partir da década de 1970, adotou uma política voltada ao livre comércio e à integração financeira internacional (CFI, 2022). Essa configuração facilita o papel de Hong Kong como canal de entrada e saída de capitais para a China continental. Essa dinâmica se reflete no gráfico, que antecipa um ambiente de intenso movimento de capitais — tanto em investimentos diretos, frequentemente ligados a subsidiárias produtivas, quanto em investimentos de portfólio e outros fluxos financeiros, característicos de um mercado com forte conexão internacional.

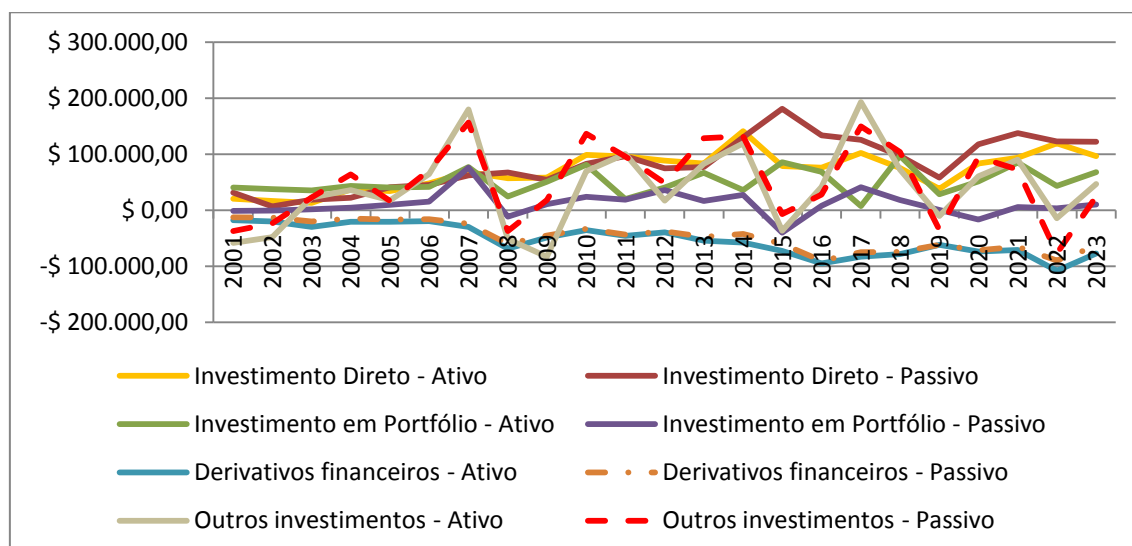


Figura 9: Subcontas da conta financeira da China - Hong Kong (em milhões de dólares)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do International Financial Statistics (IFS, 2024)

Observa-se que a China apresenta o maior volume financeiro transacionado entre os países analisados, conforme ilustrado na Figura 9. Essa magnitude é evidenciada pelas escalas mais elevadas do gráfico, indicando o papel central do país — especialmente via Hong Kong — como receptor e originador de capitais globais. Destaca-se, ao longo do período, um saldo positivo em Investimento Direto - Passivo, na ordem de aproximadamente 213 bilhões de dólares, o que indica uma preferência de investidores estrangeiros por aplicações de longo prazo na região.

No tocante aos fluxos de curto prazo, há forte volatilidade nos investimentos em portfólio e em outros investimentos, com oscilações marcantes em anos como 2008, 2015 e 2017. Além disso, em 2019 e 2020, os fluxos de capitais sofreram forte queda devido à pandemia de COVID-19, com destaque para a retração nos investimentos em portfólio e outros investimentos passivos, evidenciando retirada de capitais estrangeiros diante da incerteza mundial da época. Os investimentos diretos passivos, por sua vez, mostraram maior resiliência. A partir de 2021, observou-se uma recuperação dos fluxos, especialmente nos investimentos diretos, outros investimentos e portfólio ativo, acompanhando a retomada econômica global.

Apesar do volume expressivo em derivativos financeiros, o saldo líquido dessa rubrica é modesto, com diferença negativa entre ativos e passivos, o que reduz seu impacto comparativo no total transacionado.

Por fim, o gráfico evidencia a dimensão do mercado financeiro chinês, com fluxo total estimado em trilhões de dólares ao longo do período, sendo significativa a proporção de investimentos de curto prazo, o que reforça o papel da China como hub financeiro estratégico no cenário internacional.

África do Sul

A África do Sul, maior economia do continente africano, exerce papel central na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e destaca-se como um dos principais emissores de investimentos diretos na África Subsaariana. Sua estrutura produtiva é historicamente voltada para os setores de mineração e manufatura, que respondem por grande parte das exportações regionais. Esse perfil, aliado a um crescimento econômico relativamente estável, favorece a entrada de capitais de curto prazo e, em menor grau, de investimentos de longo prazo. Ainda assim, o volume financeiro transacionado pelo país tende a ser inferior dos demais membros do BRICS, refletindo suas especificidades econômicas.

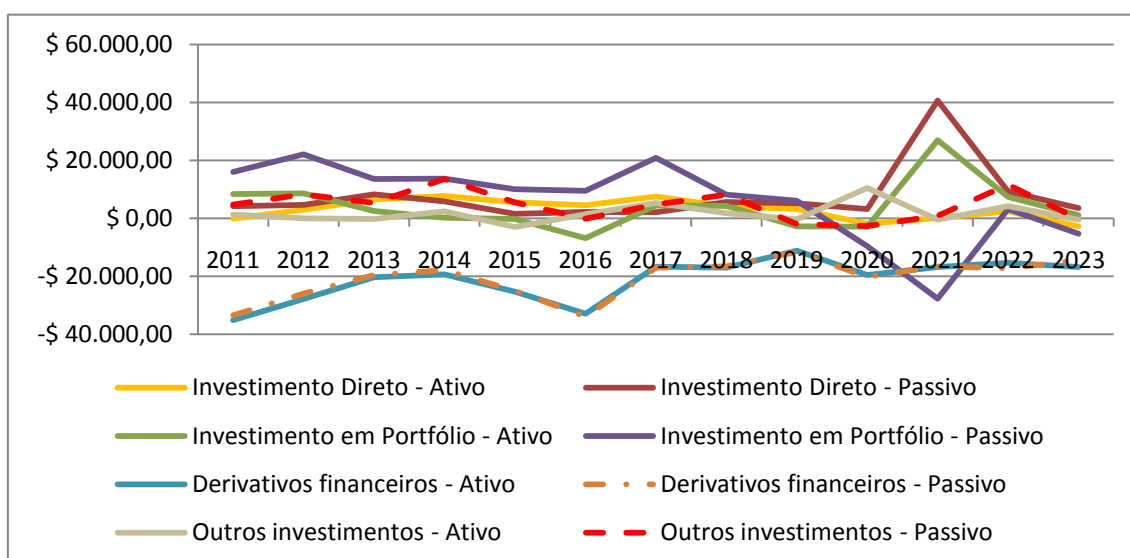


Figura 10: Subcontas da conta financeira da África do Sul (em milhões de dólares)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do International Financial Statistics (IFS, 2024)

Entre 2011 e 2023, observa-se volatilidade nos fluxos das subcontas financeiras da África do Sul, com destaque para os investimentos em portfólio passivos, que apresentam picos significativos em 2012, 2017 e 2021. Nesse último ano, também se destaca o aumento dos investimentos diretos passivos, indicando maior entrada de capital estrangeiro. Os investimentos ativos, tanto diretos quanto em portfólio, mantêm-se mais estáveis, sugerindo cautela por parte dos investidores sul-africanos.

Os derivativos financeiros, majoritariamente negativos em ambas as modalidades, revelam saídas líquidas recorrentes, especialmente em 2015 e 2020. Já os “outros investimentos” passivos apresentam variação, mas com tendência positiva, refletindo o uso frequente desse tipo de financiamento. A intensificação dos fluxos a partir de 2020 pode estar associada aos efeitos econômicos da pandemia e à reconfiguração dos mercados globais.

De forma geral, os países do BRICS apresentam perfis macroeconômicos distintos, mas compartilham características estruturais que os posicionam como atores relevantes entre as economias emergentes. China e Índia destacam-se pelo dinamismo econômico, sustentado por níveis elevados de investimento e estabilidade macroeconômica, fatores que lhes conferem maior resiliência diante de choques externos (DEUS; MUNHOZ; PEREIRA, 2011). Em contraste, Brasil, Rússia e África do Sul enfrentam maior

volatilidade nos fluxos de capitais e maior dependência de financiamento externo, reflexo de desequilíbrios estruturais e instabilidades político-institucionais. Ainda assim, todos os membros do bloco demonstram significativa capacidade de atrair capitais internacionais, tanto por meio de investimentos diretos — mais estáveis e estruturais — quanto por fluxos de curto prazo, geralmente mais sensíveis às oscilações do mercado internacional.

As análises realizadas ao longo desta seção fornecem subsídios empíricos e teóricos fundamentais para compreender o papel dos BRICS na reorganização da economia internacional. A diversidade interna do grupo, expressa em seus diferentes perfis macroeconômicos, não impede sua crescente atuação coordenada como uma coalizão estratégica. Conforme apontam Ansani (2016), o BRICS tem buscado ativamente formas de reduzir a dependência em relação às instituições financeiras ocidentais, promovendo uma agenda de autonomia econômica e criação de mecanismos alternativos — como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo de Reservas de Contingência — que fortalecem sua posição no sistema financeiro global.

Dessa forma, a próxima seção sintetizará a forma como o BRICS influencia a governança econômica global, com base nas evidências aqui discutidas. Partindo dos dados macroeconômicos e financeiros apresentados, será possível analisar como o bloco atua na formulação de uma nova ordem econômica internacional, desafiando as estruturas hegemônicas estabelecidas e promovendo uma agenda multipolar. Como destaca Fiori (2005), a reconfiguração do poder global envolve não apenas o acúmulo de recursos econômicos, mas também a habilidade de os converter em influência geopolítica, o *“soft power”* — dinâmica que os BRICS têm buscado consolidar nos últimos anos.

4.2 O PAPEL DO BRICS NA GOVERNANÇA ECONÔMICA GLOBAL

A governança econômica global, pós-guerra, foi construída e dominada pelas grandes potências ocidentais, especialmente através de instituições

como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (PEREIRA, 2010, p. 134). No entanto, nas últimas duas décadas, esse cenário tem sido desafiado pela ascensão dos países emergentes, com destaque para o bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Formado inicialmente a partir de uma análise de potencial econômico (O'NEILL, 2001), o grupo passou a atuar como coalizão política e financeira, reivindicando maior representatividade e poder de decisão nos fóruns multilaterais.

Desde sua constituição formal como BRICS em 2009 e a inclusão da África do Sul em 2011, o bloco evoluiu significativamente em termos de organização institucional e influência internacional, como foi mostrado no decorrer desse trabalho. Uma das principais iniciativas nesse sentido foi a criação do **Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)** em 2014, com sede em Xangai, voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, especialmente em países emergentes. Essa medida representou um passo importante na direção de uma nova arquitetura financeira global. Segundo Conti, Deus e Terra (2019), o NBD foi concebido como uma alternativa aos organismos dominados pelas potências ocidentais, buscando “amenizar as assimetrias do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI)” e oferecer instrumentos de financiamento mais condizentes com as necessidades dos países em desenvolvimento.

Outro mecanismo criado pelo grupo foi o **Fundo de Reservas de Contingência (CRA)**, voltado a prover liquidez aos países membros em situações de instabilidade financeira. Tais instrumentos, além de fortalecerem o bloco internamente, ampliam sua capacidade de atuar como polo de estabilidade econômica para outras nações emergentes e periféricas, em contrapartida a iniciativas como o FMI e a OMC. O objetivo estratégico do BRICS é, portanto, duplo: garantir maior autonomia em relação às instituições tradicionais e oferecer um modelo alternativo de cooperação e financiamento internacional.

O crescimento da influência do bloco também se reflete em sua atuação nos fóruns multilaterais. Como ressalta o embaixador Mauricio Lyra (2025), os

BRICS não são meramente uma ponta de contrapeso diante dos países potência, o bloco coopera com os diversos países, ressaltando sua trajetória onde passaram a coordenar suas posições em instituições como a OMC, o G20 e a ONU, articulando propostas conjuntas em temas como mudança climática, comércio internacional, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável (BEZERRA, 2014).

Além disso, a adesão de novos países ao grupo — como Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos em 2023 — reforça sua projeção internacional e amplia o alcance geográfico e político da coalizão, além da ampliação de comércio exterior e influencia econômica mundialmente. Essa expansão recente poderia ser interpretada pelo que Ansani, em 2016, abordou sobre um reposicionamento estratégico no sistema internacional, visando alterar as regras de governança global em favor de uma ordem multipolar.

Ao longo dos anos, o BRICS deixou de ser apenas um agrupamento econômico baseado em projeções de crescimento para se consolidar como um agente ativo na reconfiguração do sistema internacional. A força do bloco está na combinação de seu peso demográfico (representando cerca de 42% da população mundial), seu volume de comércio (18% do total global) (BRASIL, 2023) e sua influência sobre fluxos de capitais internacionais, conforme demonstrado na análise dos balanços de pagamentos e indicadores macroeconômicos dos capítulos anteriores. A China, por exemplo, tem se destacado como o principal centro financeiro do grupo, enquanto Índia e Rússia consolidam-se como forças regionais com crescente peso político-econômico.

Segundo Fiori (2005), o poder global é definido não apenas pelo acúmulo de recursos econômicos, mas pela capacidade de convertê-los em influência política e institucional. É exatamente esse movimento que o BRICS tem buscado realizar: transformar sua força econômica em capacidade efetiva de intervenção nas decisões que moldam a economia mundial. Nesse sentido, o bloco atua como um vetor de dinamização da política econômica global, questionando a hegemonia das potências centrais e propondo novos parâmetros de cooperação internacional.

Em síntese, o BRICS evoluiu de uma sigla criada por um banco de investimentos para uma aliança estratégica que disputa espaço nas principais arenas da governança econômica mundial. Seu poder atual não reside apenas em números macroeconômicos, mas na articulação de um projeto político-econômico que busca reformular o sistema internacional de forma mais equilibrada, justa e representativa. Ao propor alternativas à ordem vigente, o BRICS reforça seu papel como catalisador de mudanças na política econômica global, consolidando-se como um dos principais blocos do século XXI.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a trajetória e o impacto do bloco BRICS na economia global e em seus contextos internos, com foco nos aspectos macroeconômicos e financeiros dos países membros entre 2001 e 2023. A partir da observação de indicadores como PIB, investimento, juros, inflação, contas externas e fluxos de capitais, foi possível evidenciar as dinâmicas econômicas distintas entre os membros, bem como identificar padrões de inserção internacional e vulnerabilidades estruturais.

Observou-se que, apesar das diferenças internas, os BRICS compartilham desafios semelhantes no enfrentamento de choques externos e na busca por maior autonomia econômica. Ao longo dos anos, apesar de não realizar todas as expectativas que surgiram com sua origem, o grupo também não ficou na inércia (CANUTO e SARAIVA, 2025). O bloco deixou de ser apenas um agrupamento econômico e consolidou-se como uma coalizão política que atua de forma coordenada para contestar a hegemonia das potências ocidentais na governança econômica global. As diversas iniciativas de reforma monetária reforçam esse movimento de institucionalização e busca por maior representatividade e eficiência para os interesses dos países do BRICS. Nesse contexto, a recente ampliação do bloco com a entrada de países como Arábia Saudita, Irã, Egito, Etiópia e Emirados Árabes Unidos simboliza um fortalecimento e diversificação do Sul Global. A inclusão desses novos membros amplia o escopo geográfico, econômico e político do BRICS, evidenciando seu papel em contraponto aos países tradicionais de poder global.

Dessa forma, conclui-se que os BRICS não apenas representam uma força emergente no cenário internacional, mas também se configuram como um instrumento estratégico de transformação das estruturas do sistema global. Sua posição é hoje amplamente reconhecida, considerando o espaço que o bloco tem conquistado nas negociações internacionais e nos fóruns multilaterais, especialmente ao articular interesses comuns entre países do Sul Global.

Ao promover mecanismos próprios de financiamento, cooperação comercial e articulação política, os BRICS vêm desempenhando um papel ativo na dinamização da política econômica mundial, ao mesmo tempo em que desafiam a centralidade das instituições dominadas por potências ocidentais. Nesse sentido, com a ampliação do bloco, tendo a entrada de países majoritariamente árabes, a atuação do BRICS contribui para a construção de uma agenda internacional pautada pela multipolaridade e pela inclusão de diferentes vozes. E com a diversidade adquirida pelo bloco, a idéia de Fiori (2005), de que o poder global não se define apenas pela acumulação de recursos econômicos, mas pela capacidade de convertê-los em influência institucional e política, se concretiza. Ao fortalecer suas próprias instituições e promover alianças estratégicas, os BRICS mobilizam tanto o *hard power* — com base em seus recursos econômicos e demográficos — quanto elementos de *soft power*, ao projetarem uma visão alternativa de desenvolvimento e cooperação global. Assim, o bloco se consolida como um dos principais vetores da transição para uma nova ordem internacional, mais plural e representativa.

REFERÊNCIAS

ALBUJA, Cristian Diego et al. Onde investir nos BRICS? Uma análise sob o prisma da organização industrial. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A diplomacia do crescimento: política externa e desenvolvimento no governo Lula (2003-2006)*. São Paulo: Lacerda, 2010

ANSANI, B. Gustavo. O Papel dos BRICS na Governança Global. *Revista de Geopolítica*, v. 7, nº 2, p. 54 - 66, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/153>. Acesso em: 28/05/2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6). Nota Metodológica nº 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros). Abr. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/nm3bpm6p.pdf> . Acesso em: 29 abr. 2025.

BANERJEE, R; VASHISTH. P. A crise financeira: impacto sobre o BRIC e as políticas de resposta. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, nº 2, ago. 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6207/1/RTM_v2_n2_Crise.pdf. Acesso em: 20/06/2024.

BANIK, Arindan; PADOVAN, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. *Revista Sociologia Política*, v. 22, n. 50. 2014.

BEZERRA, Raísa Barboza. *Diplomacia multilateral: o Brasil e a China no BRICS (2006 - 2014)*. Santana do Livramento: Unipampa, 2014. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/jspui/handle/riui/936>. Acesso em: 28/05/2024.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

BRASIL, Planalto. BRICS a história. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics/>. Acesso em: 20/06/2024.

BRASIL, Planalto. Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>. Acesso em: 01/07/2024.

CANUTO, Otaviano; SARAIVA, Bruno. **BRICS em tempos de reacomodação tectônica**. *Revista CEBRI*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 12–17, out. 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/199/brics-em-tempos-de-reacomodacao-tectonica>. Acesso em: 27 maio 2025.

CAPELA, Filipe. “Soft power” é estratégia para países conquistarem poder e prestígio sem o uso da força *Jornal da USP*, São Paulo, 27/09/2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/soft-power-e-estrategia-para-paises-conquistarem-poder-e-prestigio-sem-o-uso-da-forca/>. Acesso em: 19/06/2024.

CORPORATE FINANCE INSTITUTE (CFI). What are the Four Asian Tigers? Economics. 2022. Disponível em: <https://corporatefinanceinstitute.com/resources/economics/four-asian-tigers/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CONTI. D. B; DEUS. D. N. L; TERRA. B. H. F. O Banco dos BRICS e sua Potencial Influência Sobre as Assimetrias do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 13-33, jan./abr.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2019v34n70p13/38510>. Acesso em: 24/06/2024.

DEUS. D. N. L; MUNHOZ. V. C. D. V; PEREIRA. P. D. V. A dinâmica dos fluxos nos países do BRICS. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 25, p. 23-52, jan./jun.2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios>. Acesso em: 27/03/2025

FEIJÓ, Carmem Aparecida et al. Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. 2.ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FIORI, L. José. Sobre o Poder Global. Scielo Brasil, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300005>. Acesso em: 28/05/2024.

GÁRCIA. G. Líderes do Brics oficializam criação do Novo Banco de Desenvolvimento. Agência Brasil, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-07/lideres-do-brics-oficializam-criacao-do-novo-banco-de-desenvolvimento>. Acesso em: 20/06/2024.

HAIBIN, Niu. *The BRICS and the global order: why the BRICS matter*. Shanghai Institutes for International Studies, 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). World Economic Outlook Database. Edition: October, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/October/select-country-group>. Acesso em: 14 abr 2025

IVLEV, Alexander. Investments and Import to Russia: back to growth. Ernest & Young. Disponível em: <https://www.iberglobal.com/Archivos/Russia-attractiveness-survey-EY.pdf> . Acesso em: 29 abr. 2025.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

LYRA, Maurício. Seminário “BRICS no Brasil: perspectivas e desafios. Intermediador: Valter Pomar. Canal Fundação Perseu Abramo. 20 mai. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqa0L7qzQn8&t=7375s>. Acesso em: 23 maio 2025.

MANKIW, N. G. *Introdução à economia*. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MORAES, F. Rodrigo; RIBEIRO, J. J. Elton. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. Scielo Brasil, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100008>. Acesso em: 28/05/2024.

NEBRICS. Núcleo de Estudos do BRICS. BRICS Civil Fórum 2024. 2024. Página Inicial. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics-mais/2024/04/22/civil-brics-forum-2024-post/>. Acesso em: 20/06/2024.

O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs*. Global Economics Paper n. 66. Goldman Sachs, 30 nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/building-better-brics.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

PEDROSA JUNIOR, Oswaldo A.; CORRÊA, André C. de F. *A crise do petróleo e os desafios do pré-sal*. Rio de Janeiro: FGV Energia, 2016. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/oswaldo_pedrosa_petroleo.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. Uma análise comparativa do crescimento econômico de Brasil, Rússia, Índia e China. In: VIEIRA, F. V. (org). *Economia e desenvolvimento em países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China: BRIC*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. O processo de industrialização brasileira. *Revista Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1977.